

HISTÓRIA DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL (1946-1961)

Paolla Rolon Rocha ¹
Jorismary Lescano Severino ²
Margarita Victoria Rodríguez ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o ensino secundário no período de 1946-1961. O referencial teórico-metodológico aplicado é materialista-histórico-dialético, para compreender a sociedade em sua totalidade. No contexto histórico, observa-se contradição, pois apesar de ocorrer um avanço de número de matrículas no ensino secundário no período, as instituições em sua maioria eram privadas e não existia obrigatoriedade e gratuidade para essa etapa da educação. Dessa forma, em 1961 é elaborado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a denominar essa etapa de ensino médio, com duas ramificações: secundária e técnica. Os resultados mostram que o ensino secundário era uma etapa escolar apenas urbana, não chegando para a população rural. O Estado que mantinha a escola pública de ensino médio no país nesse momento histórico, sendo pouco relevante o município, o governo federal dava manutenção de forma indireta por meio de bolsas, subvenções e suplementação de salários.

Palavras-chave: História, Ensino Secundário, Brasil.

INTRODUÇÃO

O objetivo é analisar o ensino secundário no período de 1946-1961, para isso é necessário compreender a sua totalidade, assim, inicialmente, abordaremos como estava a sociedade brasileira.

O momento histórico é denominado República Populista e/ou Período Democrático, visto que os representantes governamentais foram eleitos democraticamente pela primeira vez na história brasileira.

Dessa forma, os presidentes foram: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), Jânio Quadros (1961); João Goulart (1961-1964). Para compreender a totalidade, é necessário primeiro, mostrar como estava a sociedade brasileira nesse período.

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, paa.rocha@hotmail.com;

² Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, jorismary_lescano@hotmail.com;

³ Professora Doutora, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, poroyan@uol.com.br.

Durante o governo de Dutra, foi promulgada a Constituição de 1946, que explanou o direito a livre manifestação de pensamento:

5º É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe. (BRASIL, 1946).

Assim, observa-se que não seria tolerado preconceitos a raça ou classe social. Além disso, os direitos trabalhistas adquiridos nas constituições anteriores foram quase todos mantidos, apesar de constar o direito a greve “Art. 158. É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.” (BRASIL, 1946), mostra-se que a lei teria que regular, tornando-a contraditória.

A Constituição também explanou sobre autonomia dos estados e municípios, duração do mandato presidencial de cinco anos, direito ao voto para os maiores de 18 anos, excluindo os analfabetos, permitia a intervenção de militares na política.

Em relação a economia brasileira, por conta da inflação alta, Dutra criou o Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), para estimular todos esses setores, porém, os trabalhadores foram os mais prejudicados, pois, reduziu para a metade o poder aquisitivo do salário mínimo. Essa política foi executada de 1949 a 1953.

Vargas assumiu o poder em 1951, a economia em seu governo era de caráter nacionalista, criou em 1953 a estatal Petrobras, fazendo a monopolização do petróleo brasileiro, deixando os grupos políticos ligados aos países estrangeiros contrariados. Além disso, o estado interviu bastante na economia, desagradando os grupos contrários ao governo.

Vargas foi acusado de mandar matar seu opositor o jornalista Carlos Lacerda, dessa forma, a oposição pedia sua renúncia, dito isso, Vargas escreve uma carta e se suicidou no dia 24 de agosto de 1954. Com o suicídio, ele impediu que seus opositores chegassem ao poder. Assim sendo, Café Filho, seu vice, terminou o mandato e tornou-se presidente no período de 1954 a 1955.

Juscelino Kubitschek usou em sua campanha eleitoral o slogan 50 anos em 5. Quando assumiu a presidência (1956), criou o Plano de Matas, esse plano tinha como prioridade cinco

setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação. Mas o plano só teve sucesso nas três primeiras áreas, não atingindo as metas na educação e alimentação.

As principais políticas que contribuíram para o desenvolvimento econômico foram: a expansão das usinas hidrelétricas, a implantação da indústria automobilística, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a criação do Conselho Nacional de Energia Nuclear, além disso, criou a nova capital do País, em Goiás, denominada Brasília. Durante seu governo o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7% anual e o aumento industrial ocorreu em 80%.

O governo de Jânio Quadros (1961) teve uma duração curta, de seis meses, em relação a economia, criou um plano de austeridade, para diminuir a inflação, porém, com a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar, aumentou o preço de diversos produtos, como combustíveis, passagens de ônibus e o pão. Além disso, seu governo ficou sem apoio, o que inviabilizou seu governo. Sua renúncia ocorreu em 25 de agosto de 1961.

O governo de João Goulart, iniciou um regime parlamentarista, dessa forma, seus poderes presidenciais estarem diminuídos pelo parlamento, só em 1963 que Goulart consegue recuperar seus poderes presidenciais, por meio de plebiscito. Foi implantado em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Enquanto o presidente tentava implantar suas reformas, os Estados Unidos apoiaram o golpe para tirá-lo do poder junto aos militares e civis contra o governo. E em 1964 deu o golpe, que iniciou a Ditadura Civil-Militar que durou até 1985.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é materialista histórico dialética, que parte do pressuposto que a história sempre se modifica e para compreendê-la é necessário compreender a totalidade (a sociedade, economia, política, cultura, entre outros). E que pode ser sempre transformada. O método permite segundo Rodríguez (2004) captar as coisas em sua singularidade e a dialética oferece a possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade em movimento.

Para que a pesquisa científica seja plena, não se deve desassociar o universal (totalidade) e o singular, como explana Sanfelice (2009) que para captar a singularidade é preciso olhar o universal. “Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento,

a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa” (SANFELICE, 2009, p. 198). O universal é então a sociedade capitalista. E o singular é o nosso objeto de estudo, no caso, o ensino secundário.

As categorias utilizadas para a produção desse trabalho foram: 1) “Contradição” no sentido da educação pública fomentar a educação privada no ensino secundário, em vez de criarem escolas. 2) “Totalidade” pois para compreender a dinâmica singular é necessário analisar todo o contexto histórico.

Mas o que são categorias? Para Marx (1983) o movimento das categorias surge como ato de produção real. Categorias expressam aspectos fundamentais das relações dos homens entre si e com a natureza e são construídas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social. A História da educação será analisada para compreender a história da sociedade do período, partindo do pressuposto do singular para o universal.

A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, assim sendo, o processo metodológico realizado foi o seguinte:

Pesquisa Bibliográfica – desenvolvidas por materiais já elaborados, como por exemplo: livros, teses, dissertações e outras publicações que abordaram sobre a história da educação, em especial o ensino secundário, nacional, dando ênfase a período da República Populista.

Pesquisa Documental - foram coletados e depois analisados documentos tais como: legislações, mensagens presidenciais, relatórios do ensino secundário, documentos da instituição de ensino. Também foram coletados Jornais e Revistas referentes ao momento histórico de 1946-1961.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao ensino secundário no momento histórico analisado, observa-se que a política vigente era a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, período que Vargas estava no poder. Nela explana sobre a divisão do curso em dois ciclo entre outras demandas.

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e

bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (BRASIL, 1942).

O ensino secundário ficou dividido em dois ciclos, o primeiro ginásial com duração de quatro anos e o segundo com dois cursos paralelos denominados clássico e científico com duração de três anos. A referida legislação não apontava obrigatoriedade e gratuidade do ensino secundário. O ensino secundário estava em processo de expansão, apesar de não ser para todos, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Crescimento do ensino secundário (1942-1945)

Anos	Unidades Escolares	Matrículas	Aprovações	Conclusões
1942	886	199.435	158.986	47.369
1943	1304	211.246	165.906	33.054
1944	1282	233.223	181.766	34.395
1945	1344	256.467	206.332	39.375

Fonte: Lourenço Filho, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1950. Tabela elaborada pelas autoras.

Observa-se que o crescimento das instituições escolares não foi linear, assim como, alunos que conseguiram concluir essa etapa da educação, porém, contraditoriamente, o número de matrículas e aprovações foram crescendo ao longo dos anos. De acordo com Lourenço Filho (1950), o súbito acréscimo de conclusões no ano de 1942 deve-se ao fato de se ter expedido certificado tanto aos alunos que concluíram a 5.a série, quanto aos que concluíram a 4.a série, que passou a ser o término do 1.º ciclo, segundo a reforma Capanema. Com esses números do ensino secundário, inicia o período da República Populista.

Com a Constituição de 1946, explanou apenas a obrigatoriedade para o ensino primário e a assistência a alunos necessitados, como mostra o “Art. 172. Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (BRASIL, 1946). Assim, alunos da classe trabalhadora só conseguia usufruir do ensino secundário de maneira assistencialista.

A tabela a seguir mostra os primeiros dados do ensino secundário no período da República Populista.

Tabela 2: Dados do Ensino Secundário 1946

Ano	Unidades Escolares	Matrícula	Aprovações	Conclusões
1946	1.344	282.179	-	42.934

Fonte: Lourenço Filho, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1950. Tabela elaborada pelas autoras.

Observa-se que ocorreu um aumento de matrículas, unidades escolares e conclusões dessa etapa de ensino. Porém, deve-se enfatizar que as unidades em sua maioria eram privadas, visto a não obrigatoriedade dos governos em manterem o ensino secundário público. Em relação ao número de alunos e alunas, a próxima tabela apresenta os dados:

Tabela 3: Dados da Matrículas Masculinas e Femininas do Ensino Secundário 1946

Ano	Masculino	Feminino
1946	167.257	114.922

Fonte: Lourenço Filho, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1950. Tabela elaborada pelas autoras.

Os dados mostram que 60% das matrículas era do sexo masculino e 40% do sexo feminino. Sendo o Estado com maior disparidade Santa Catarina, com 2.207 rapazes e 864 moças matriculadas. De acordo com Lourenço Filho (1950) nos Estados do Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Paraná, a matrícula de rapazes era sensivelmente igual a 2/3 do total e no Estado de Sergipe, a matrícula do sexo feminino superava a do masculino: 1.165 moças e 870 rapazes.

A tabela a seguir mostra o número de Instituições escolares em 1947:

Tabela 4: Dados das Instituições Escolares de Ensino Secundário 1947

Ano	Capital	Interior
1947	396	664

Fonte: Lourenço Filho, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1950. Tabela elaborada pelas autoras.

Em 1947, os dados mostram que no interior existiam mais escolas de ensino secundário, porém, deve se enfatizar, que essas instituições eram em áreas urbanas, não existindo essa etapa escolar em áreas rurais. Esses dados eram de estabelecimentos de ginásio e colégio. Em relação aos dados de matrícula a próxima tabela apresenta os dados.

Tabela 5: Dados de Matrículas do Ensino Secundário 1947

Ano	Capital	Interior
1947	179.000	126.000

Fonte: Lourenço Filho, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1950. Tabela elaborada pelas autoras.

Observa-se a contradição, pois, apesar de existir mais instituições de ensino no interior, as capitais tinham o maior número de matrículas nessa etapa de ensino. Esses dados eram de estabelecimentos de ginásio e colégio. A próxima tabela apresenta as diferenças de matrículas ao curso ginásial.

Tabela 6: Dados de Matrícula do Ensino Secundário – Curso Ginásial 1947

Ano	Capital	Interior
1947	139.000	116.000

Fonte: Lourenço Filho, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1950. Tabela elaborada pelas autoras.

Os dados demonstram que em relação ao curso ginásial as diferenças diminuem, pois o curso ginásial era o primeiro dessa etapa da educação, dessa forma, as matrículas eram maiores, pois existia a evasão escolar no decorrer dos anos.

Em 1959, em um momento em que a educação aguardava a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, período de intensos debates pelo Congresso Nacional, foi escrito o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados, seu principal Signatário foi Fernando de Azevedo, explanou sobre a Educação naquele momento histórico. Em relação ao ensino secundário abordava:

[...] atinge a 80% o ensino secundário entregue a particulares, – e daí exatamente decorre toda a grave crise em que se debate esse grau de ensino no país. Onde, pois, como se vê, cumpriu o Estado com mais zelo os deveres que lhe impôs a Constituição, progrediu o ensino, – é a parte referente à educação fundamental e superior; e onde dele se descuidou, descarregando suas obrigações às costas de entidades privadas, como no caso do ensino secundário, é o que de pior se exertou no sistema geral de educação. (AZEVEDO et al. 2010 p. 87).

Observa-se que o ensino secundário para a classe trabalhadora não era de interesse do governo, por isso a demanda era na iniciativa privada. Assim, o manifesto criticava o descarregamento de suas obrigações às costas das instituições privadas.

O dia em que esse grau de ensino (o “secundário”, que passou a sê-lo no sentido pejorativo da palavra) tiver dos poderes públicos a atenção que requer, e se inverter, em consequência, pela expansão do ensino público, a referida porcentagem, alcançando o Estado mais 40 ou 60% dos 80 que cabem agora a instituições particulares, o ensino de nível médio, na diversidade de seus tipos de escolas (sobretudo secundárias e normais), tornará o impulso que adquiriu o ensino primário, com todas as suas deficiências de escolas e instalações, e entrará numa fase de reconstrução e de progressos reais. (AZEVEDO et al. 2010 p. 87 -88).

O manifesto apontou que o poder público não dava a importância necessária a essa etapa de ensino, e que só poderia avançar se isso muda-se.

Em relação ao financiamento educacional no ano de 1959, a Constituição brasileira de 1946 apontava que os Estados e os Municípios despendam, no mínimo, 20% da sua renda tributária e a União 10 % no mínimo. De acordo com o INEP (1962) tomando-se a receita arrecadada da União, dos Estados e dos Municípios em 1959, verificou-se que do total da arrecadação de Cr\$ 337.680.020.000,00. Em relação as despesas a educação, a próxima tabela apresenta os dados.

Tabela 7: Despesas Educacionais – 1959

União	Estados	Municípios
15.790.000.000,00	18.924.000.000,00	3.225.000.000,00

Fonte: INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 1962. Tabela elaborada pelas autoras.

Observa-se que por serem obrigados a usar 20% de sua renda para a educação, os Estados eram quem mais contribuíssem financeiramente para esse fim, e como a maioria dos municípios tinham poucos recursos, os dados mostram o menor investimento. De acordo com o INEP (1962) à base desses dados, a União estaria, nesse ano (1959), cumprindo o dispositivo constitucional que fixava seus gastos mínimos com a educação, pois despenderia cerca de 11% de sua receita tributária com a educação; os Estados, 15,5% ; e os Municípios cerca de 18%. Ou seja, os Estados e os Municípios não contribuíssem como mandava a Constituição.

A tabela a seguir apresenta os gastos públicos em diferentes níveis.

Tabela 8: Gastos Públicos em Educação 1959

Ensino Elementar	Médio	Superior
46%	24%	30%

Fonte: INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 1962. Tabela elaborada pelas autoras.

A tabela 8 mostra que o ensino secundário era a etapa com o menor recurso. De acordo com o INEP (1962) a União concentrava seus esforços no ensino superior e no ensino médio técnico-industrial; os Municípios cuidavam quase que exclusivamente do ensino primário; os Estados, sobretudo do ensino primário e médio; os particulares atuavam, principalmente, no ensino secundário acadêmico, normal e no superior. A próxima tabela mostra os gastos aos três níveis de ensino.

Tabela 9: Gastos da União, Estados e Municípios Para a Educação 1959

Ensino	União	Estados	Municípios
Elementar	2.797.351.000,00	9.138.572.000,00	3.092.250.000,00
Médio	3.674.131.000,00	3.478.843.000,00	133.455.000,00
Superior	6.634.287.000,00	2.001.427.000,00	29.295.000,00

Fonte: INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 1962. Tabela elaborada pelas autoras.

Os dados mostram que a União gastava maiores recursos com a Educação Superior, os Estados e municípios com o Ensino Elementar, e a União e os Estados gastavam quase os mesmos recursos para o ensino secundário. Em relação aos dados percentuais desses dados, a próxima tabela mostra:

Tabela 10: Dados percentuais dos Gastos da União, Estados e Municípios Para a Educação 1959

Ensino	União	Estados	Municípios
Elementar	21%	62,5%	95%
Médio	28%	32,8%	4,1%
Superior	51%	13,7%	0,9%

Fonte: INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 1962. Tabela elaborada pelas autoras.

Os dados mostram que em relação ao ensino secundário a União destinava 28% dos recursos destinados a educação, os Estados 32% e os municípios 4,1%.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi implantada em Dezembro de 1961, passou a ser denominada de ensino médio, com duas ramificações: secundária e técnica. “Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário”. (BRASIL, 1961).

Observa-se que o exame de admissão continuava sendo obrigatório para que os alunos pudessem frequentar essa etapa do ensino.

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo. (BRASIL, 1961).

O Ensino secundário ficou dividido da seguinte forma: “[...] § 1º O ciclo ginásial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo”. (BRASIL, 1961). E o ensino técnico dividiu-se nos em três cursos: industrial, agrícola e comercial. “Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos”. (BRASIL, 1961).

Em relação a organização do ensino secundário, explanava:

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de carácter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginásial serão ministradas nove disciplinas. *Parágrafo único.* Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas, serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.

§ 1º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo aspectos linguísticos, históricos e literários.

§ 2º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e compreenderá, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários. (BRASIL, 1961)

Foram incluído o vocacional dentro das possibilidades de cada instituição, no curso ginásial teriam nove disciplinas e no colegial nos dois primeiros anos seriam oito disciplinas e no terceiro seria currículo diversificado.

Em relação a organização do ensino observa-se:

Art. 38. Na organização do ensino de grau médio serão observadas as seguintes normas:

I - Duração mínima do período escolar:

- a) cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluído o tempo reservado a provas e exames;
- b) vinte e quatro horas semanais de aulas para o ensino de disciplinas e práticas educativas.

II - cumprimento dos programas elaborados tendo-se em vista o período de trabalho escolar;

III - formação moral e cívica do educando, através de processo educativo que desenvolva;

IV - atividades complementares de iniciação artística;

V - instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família;

VI - frequência obrigatória, só podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que houver comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas. (BRASIL, 1961).

Observa-se que a duração mínima era de cento e oitenta dias, não sendo incluído o tempo de provas e exames, vinte e quatro horas semanais de aula, formação moral e cívica, atividades complementares de iniciação artística, orientação educativa e vocacional, frequência obrigatória. Esses conteúdos demonstram como estava organizado e como as escolas deveriam se ajustar as novas regras.

Em relação ao ensino técnico observa-se:

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

§ 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos. (BRASIL, 1961).

As empresas comerciais e industriais seriam obrigadas a ministrar em cooperação, as aprendizagens de ofício e técnicas de trabalho aos funcionários menores de idade, com normas estabelecidas pelos sistemas de ensino, além disso, esses cursos teriam duração de um a três anos.

Competia ao Conselho Federal de Educação, e aos conselhos Estaduais de Educação, respectivamente, as seguintes demandas:

Art. 40. Respeitadas as disposições desta lei, compete ao Conselho Federal de Educação, e aos conselhos estaduais de educação, respectivamente, dentro dos seus sistemas de ensino:

- a) organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias, fixadas para cada curso, dando especial relêvo ao ensino de português;
- b) permitir aos estabelecimentos de ensino escolher livremente até duas disciplinas optativas para integrarem o currículo de cada curso; dar aos cursos que funcionarem à noite, a partir das 18 horas, estruturação própria, inclusive a fixação do número de dias de trabalho escolar efetivo, segundo as peculiaridades de cada curso. (BRASIL, 1961).
- c)

Assim, os conselhos organizariam a distribuição das disciplinas obrigatórias, dando ênfase ao português, permitiria aos estabelecimentos o poder de escolha das disciplinas optativas e estrutura própria aos cursos noturnos.

Apesar do Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocadores, mostrarem a importância do ensino secundário público, não alterou a lei, e o ensino secundário, agora denominado de ensino médio, continuava sendo não obrigatório.

Apesar das dificuldades para alunos oriundos da classe trabalhadora, dados mostra que o ensino médio cresceu ao longo dos anos, “em números absolutos cresceu de 581.600 em 1951 para 1.177.500 em 1960, em seus quantitativos de matrícula”. (ABREU, 1962). As escolas de ensino médio eram instituições urbanas, só as capitais dos estados tinham 45% de seus estudantes. De acordo com Abreu (1962) em 1961, dos 2.907 municípios do país, 1.396

não possuíam ainda qualquer estabelecimento de ensino médio, e, dos 1.551 municípios onde havia a escola média, 1.022 a tinham, apenas, no primeiro ciclo.

O Estado que mantinha a escola pública de ensino médio no país nesse momento histórico, sendo pouco relevante o município, o governo federal dava manutenção de forma indireta por meio de bolsas, subvenções e suplementação de salários.

Existiam também os embates entre os defensores das escolas públicas, que para eles o dinheiro público deveria ser destinado apenas para a educação pública, e os privatistas que também queriam uma parte do dinheiro público. Para Cury e Nogueira (1986) nos anos de 1940-1960, a luta deslocou-se para a questão do financiamento do ensino, dessa forma, os proprietários e dirigentes de estabelecimentos de ensino apresentavam argumentos centrados nas inúmeras vantagens do ensino particular quando comparado ao público, como por exemplo: o caráter ordeiro do ensino privado, custo menor do aluno, o duplo pagamento de impostos, a omissão do poder público e o padrão de qualidade. Nesse momento histórico, as escolas particulares tinham sua maior concentração no ensino secundário e assim, recebiam recursos públicos.

Essas relações se dão na sociedade capitalista, no momento em que ocorreu um crescente aumento da população urbana, além disso, com a industrialização, houve a necessidade de criarem novas escolas, porém, não existiam escolas para todos, dessa forma, o espaço para a iniciativa privada para a criação de escolas ficou aberto. Como aponta Buffa (2005) uma sociedade desigual tem uma escola desigual.

Os resultados mostram que apesar dos avanços das instituições de ensino secundário e aumento no número de matrículas, essa etapa de ensino ainda era considerada elitizada, visto que, a maior parte das escolas eram privadas, não destinados a classe trabalhadora, dessa maneira, a entrada e permanência de estudantes oriundos da classe trabalhadora era por meio de bolsas de estudos nas instituições privadas ou demonstrando falta de recursos nas instituições públicas, assim, conseguiam frequentar as aulas, pois, essa etapa ainda não era obrigatória e gratuita para os brasileiros nesse momento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de 1946 a 1961 que foi denominado de República Populista ou Período Democrático, foi elaborado a Constituição de 1946, nela os direitos trabalhistas das

Constituições anteriores foram quase todas inseridos, porém, o direito a greve não ficou clara, pois teria que ter uma própria lei para regular. Além disso, os mandatos presidenciais passariam a ter 5 anos, e todos acima de 18 poderiam votar, menos os analfabetos.

Por conta da inflação alta, alguns governantes elaboram planos para tentar contê-la, o governo Dutra criou o plano Salte porém, os trabalhadores foram os mais prejudicados, pois, reduziu para a metade o poder aquisitivo do salário mínimo.

Juscelino Kubitschek criou o Plano de Metas, esse plano tinha como prioridade cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação. Mas o plano só teve sucesso nas três primeiras áreas, não atingindo as metas na educação e alimentação. Durante seu governo o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7% anual e o aumento industrial ocorreu em 80%.

Jânio Quadros criou um plano de austeridade, para diminuir a inflação, porém, com a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar, aumentou o preço de diversos produtos, como combustíveis, passagens de ônibus e o pão.

Em relação a educação, a única Lei nesse período foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi implantada em dezembro de 1961, passou a ser denominada de ensino médio, com duas ramificações: secundária e técnica. O Ensino secundário ficou dividido em ginásial com duração de quatro anos e o colegial, de três anos. E o ensino técnico dividiu-se nos em três cursos: industrial, agrícola e comercial.

Em relação aos dados educacionais, em 1946, existiam 1344 instituições, 282.179 alunos matriculados e 42.934 conclusões. Os dados mostram que 60% das matrículas era do sexo masculino e 40% do sexo feminino. Sendo o Estado com maior disparidade Santa Catarina, com 2.207 rapazes e 864 moças matriculadas.

Em 1947, os dados mostram que no interior existiam mais escolas de ensino secundário, porém, deve se enfatizar, que essas instituições eram em áreas urbanas, não existindo essa etapa escolar em áreas rurais. Esses dados eram de estabelecimentos de ginásio e colégio.

O que o ensino secundário era a etapa com o menor recurso. A União destinava seus esforços no ensino superior e no ensino médio técnico-industrial; os Municípios cuidavam quase que exclusivamente do ensino primário; os Estados, sobretudo do ensino primário e médio; os particulares atuavam, principalmente, no ensino secundário acadêmico, normal e no superior.

Apesar das dificuldades para alunos oriundos da classe trabalhadora, dados mostra que o ensino secundário avançou ao longo dos anos, em números cresceu de 581.600 em 1951 para 1.177.500 em 1960, em seus quantitativos de matrícula.

Apesar de ser uma etapa educacional não obrigatória e gratuita, considerada elitizada, os números mostraram que nesse momento histórico avançou o número de instituições (apesar da maioria ser privada) e número de matrículas nessa etapa educacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. A Escola Média No Brasil: Aspectos quantitativos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. – v. 38, n. 88 p. 33-35, out./dez. 1962.

AZEVEDO, F. de. et. al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244 – de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%E1rio.htm>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BUFFA, E. **O público e o privado como categoria de análise da educação**. In: José Claudinei Lombardi; Mara Regina M. Jacomelli; Tânia Mara T. da Silva (Org.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 41-58.

CURY, C. R. J.; NOGUEIRA, M. A. L. G. **O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino**. In: CUNHA, L.A. *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino*. São Paulo, Cortez/Autores Associados. 1986. p. 65-93.

INEP. **Brasileira de Estudos Pedagógicos**. – v. 38, n. 88 p. 33-35, out./dez. 1962.

LOURENÇO FILHO, M. B. Alguns Elementos para estudo dos problemas do ensino secundário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. – v. 14, n. 40, p. 79-97, set./dez. 1950.



MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo. Martins Fontes. 1983.

RODRÍGUEZ, M. V. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardados de Inutensílios**, UCDB: Campo Grande, v. 7 p. 17-30, 2004.

SANFELICE, J. L. **História e Historiografia de Instituições Escolares**. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639716/7283>>.
Acesso em 20 ago. 2020.